UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SARA ADRIELY MARTINS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO NA ESCOLA CAIO PEREIRA LOCALIZADA NO RECIFE

Recife

2025

SARA ADRIELY MARTINS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO NA ESCOLA CAIO PEREIRA LOCALIZADA NO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Cacilda Soares de Andrade

Recife

2025

SARA ADRIELY MARTINS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO NA ESCOLA CAIO PEREIRA LOCALIZADA NO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Cacilda Soares de Andrade
Prof.(a). Nome completo do(a) orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco

Joaquim Osório Liberalquino Ferreira
Prof.(a). Nome completo do(a) avaliador(a)
Universidade Federal de Pernambuco

Carlos Alberto de Miranda Medeiros
Prof.(a). Nome completo do(a) avaliador(a)
Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Sara Adriely Martins dos .
A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO NA ESCOLA CAIO PEREIRA LOCALIZADA NO RECIFE / Sara Adriely Martins dos Santos. - Recife, 2025.
51 p. : il., tab.

Orientador(a): Cacilda Soares de Andrade
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2025.
Inclui referências, apêndices.

1. Educação financeira. 2. Ensino médio. I. Andrade, Cacilda Soares de. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

SARA ADRIELY MARTINS DOS SANTOS

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO NA ESCOLA CAIO PEREIRA LOCALIZADA NO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
CACILDA SOARES DE ANDRADE
Data: 10/04/2025 08:10:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cacilda Soares de Andrade
Prof.(a). Nome completo do(a) orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOAQUIM OSORIO LIBERALQUINO FERREIRA
Data: 11/04/2025 11:14:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Joaquim Osório Liberalquino Ferreira
Prof.(a). Nome completo do(a) avaliador(a)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br
CARLOS ALBERTO DE MIRANDA MEDEIROS
Data: 14/04/2025 15:30:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Carlos Alberto de Miranda Medeiros
Nome completo do(a) avaliador(a)
Avaliador Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu forças, sabedoria e resiliência para chegar até aqui.

Aos meus pais, Maria Cristina e Adriano Sabino, minha eterna gratidão. O amor, o apoio e os ensinamentos de vocês foram fundamentais para que eu pudesse seguir firme nessa jornada.

Ao meu namorado, Hugo Costa, obrigada por toda paciência, compreensão e apoio incondicional. Seu suporte nos momentos difíceis e seu incentivo constante foram essenciais para que eu não desistisse.

Às minhas amigas do grupo "Modificadas", que tornaram essa caminhada mais leve e especial, meu muito obrigada! Em especial, à minha querida amiga Gabrielle Gomes, que foi uma peça fundamental para a conclusão deste trabalho. Sem sua ajuda e parceria, eu certamente teria me sentido perdida. Sua dedicação e companheirismo fizeram toda a diferença.

E com certeza à minha orientadora, Cacilda Soares, minha sincera gratidão. Obrigada por toda paciência, por cada conselho e por acreditar no meu potencial. Seu conhecimento e dedicação foram indispensáveis para que este trabalho fosse concluído e que eu me orgulhe dele.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar qual o nível de conhecimento referente a finanças pessoal dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola Caio Pereira, onde a população escolhida como objeto da pesquisa é composta pelos alunos do terceiro ano da Escola Caio Pereira que está localizada na rua Alto José Bonifácio em Recife, Pernambuco. O método de análise escolhida foi o método qualitativo, permitindo uma análise mais detalhada das percepções e dificuldades dos estudantes em relação ao tema, foi usado um questionário com os alunos para obter resultados da pesquisa. Verificou-se que a maioria dos alunos apresenta dificuldades em compreender conceitos básicos de educação financeira, evidenciando a necessidade de maior inserção desse assunto no ambiente escolar. Dessa forma, o estudo reforça a importância de iniciativas que promovam a alfabetização financeira desde os anos iniciais da educação formal. A abordagem desse tema pode contribuir para que os alunos desenvolvam hábitos de planejamento e gestão financeira, preparando-os para desafios futuros.

Palavras-chave: Educação financeira. Estudos de educação. Planejamento.

ABSTRACT

This study aims to identify the level of knowledge about personal finances among third-year high school students, where the population chosen as the object of the research is composed of third-year students from Caio Pereira School, located on Alto José Bonifácio Street in Recife, Pernambuco. The chosen method of analysis was the qualitative method, allowing a more detailed analysis of the students' perceptions and difficulties regarding the topic. A questionnaire was used with the students to obtain the research results. It was found that most students have difficulties in understanding basic concepts of financial education, highlighting the need for greater inclusion of this subject in the school environment. Thus, the study reinforces the importance of initiatives that promote financial literacy from the early years of formal education. Addressing this topic can help students develop habits of planning and financial management, preparing them for future challenges.

Keywords: K Financial education. Education studies. Planning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Divisão do ensino..... 16
Quadro 2 – Divisão do ensino de acordo com a idade..... 17
Quadro 3 – Estrutura do ensino..... 17

LISTA DE GRÁFICOS/FIGURAS

Gráfico 1 – Gênero..... 29
Gráfico 2 – Idade..... 29
Gráfico 3 – Aula de educação financeira na escola..... 30
Gráfico 4 – A busca de conhecimento..... 30
Gráfico 5 – Conversa sobre o tema..... 31
Gráfico 6 – Importância de estudar educação financeira na escola..... 31
Gráfico 7 – Educação financeira no dia a dia..... 32
Gráfico 8 – Investir e poupar..... 32
Gráfico 9 – Significado de orçamento pessoal..... 33
Gráfico 10 – Objetivos do planejamento financeiro..... 34
Gráfico 11 – Significado ENEF..... 34
Gráfico 12 – Falta de conhecimento financeiro pode ser prejudicial..... 35
Gráfico 13 – Consequências da falta de educação financeira..... 35
Gráfico 14 – A contribuição da educação financeira para o futuro..... 36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BCB	Banco Central do Brasil
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPP	Empresa de pequeno porte
FSA	Financial Services Authority
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor individual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SEBRAE	O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA 11
1.2. JUSTIFICATIVA 11
1.3. OBJETIVOS. 11
1.3.1. Objetivo Geral 11
1.3.2. Objetivos Específicos 12
2. REFERENCIAL TEÓRICO 13
2.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL 13
2.1.1 Educação pública no Brasil 18
2.2 ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS 19
2.2.1 Pernambuco 20
2.3 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE 21
2.3.1 Contabilidade Financeira 23
2.4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA 23
2.4.1 Educação financeira no contexto educacional 24
2.5 A CONTABILIDADE COMO DIFERENCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 25
2.6 NOVO ENSINO MÉDIO 26
2.6.1 Pernambuco 27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 29
3.1 TIPO DE PESQUISA 29
3.2 MÉTODO DA PESQUISA 29
3.3 DDELIMITAÇÃO DA PESQUISA 29
3.4 COLETA DE DADOS 30
3.5 ANÁLISE DOS DADOS 30
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS 31
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL 31
4.2 A´NÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO 32
CONSIDERAÇÕES FINAIS 39
REFERÊNCIAS 40
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO 44

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira tem sido pauta em assuntos cada vez mais devido a necessidade que a população sente em entender mais sobre suas próprias finanças. De acordo com Silva e Powell (2013, p 5) “Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2008, três estados exigiam pelo menos um curso de finanças pessoais por um semestre letivo”. Já no Brasil em 2010 o governo instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), cujo seus objetivos consistem em

> Promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (ENEF, 2010, p. 11).

Com o passar dos anos é possível notar que as famílias brasileiras estão cada vez mais endividadas, há inúmeros motivos para chegar nesta situação, como o custo de vida alto e a má administração das finanças e isso causa um pequeno endividamento onde ao passar dos meses e anos a tendência é que aumente, já que nada é feito para mudar a situação, como forma de tentar algo diferente para fugir do endividamento, muitos brasileiros tentam seguir pela carreira de autônomo, ou seja, dar início em uma nova empresa.

No Brasil, de acordo com o SEBRAE (2023), temos uma taxa de mortalidades de empresa alto onde cerca de 29% dos MEIs fecham após 5 anos e as MEs e EPPs não tem taxas muito melhores. Se a população deseja abrir um novo negócio é necessário que se tenha o mínimo de educação financeira na sua vida pessoal, para que leve isso para sua empresa e não seja só mais uma porcentagem da taxa mortalidade de empresas.

A educação assim como diz a Constituição Federal no seu artigo 205

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Se entende que a educação é um ponto fundamental na vida de cada pessoa na sociedade e que o ensino médio é uma importante etapa na vida de um adolescente

que está bem próximo da vida adulta, onde os jovens se deparam com questionamentos como o que cursar no ensino superior, o que trabalhar e como se sustentar.

Diante dessas informações torna-se interessante uma pesquisa sobre os conhecimentos dos alunos referente a educação financeira, se eles estão minimamente preparados para administrar um salário e se planejar para adquirir o que desejam, se esses alunos acham interessante uma atualização no ensino público estadual.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

O papel do estado na educação está ligado os desenvolvimentos pessoais de cada um e olhando hoje para o ensino médio é possível ver a falta de algumas questões como a própria educação financeira, para que a escola não só desenvolva para uma prova e sim prepare minimamente os adolescentes para vida adulta, diante dessas questões surge a seguinte indagação: Os estudantes concluintes do ensino médio da escola Caio Pereira estão preparados para administrar sua própria vida financeira?

1.2. JUSTIFICATIVA

Inserir a educação financeira nos currículos das escolas de ensino médio é uma necessidade devido aos desafios econômicos enfrentados pela sociedade. Os alunos de ensino médio, nesta pesquisa são um ponto inicial para pesquisas sobre a educação financeira, já que estão no início do seu desenvolvimento e mais abertos a novos conhecimentos. Promover a educação financeira desde a educação básica torna-se essencial para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a gestão de seus recursos.

1.3. OBJETIVOS.

1.3.1. Objetivo Geral

Identificar qual o nível de conhecimento referente a finanças pessoal dos alunos do terceiro ano do ensino médio da escola Caio Pereira.

1.3.2. Objetivos Específicos

1. Analisar o interesse dos alunos em relação a educação financeira pessoal e familiar.
2. Investigar as fontes de informação dos alunos quanto ao assunto de finanças.
3. Destacar a relevância da educação financeira para o desenvolvimento pessoal.
4. Identificar como a educação financeira está abordada na escola.
5. Analisar a percepção da educação financeira na vida dos estudantes.
6. Analisar os conceitos e a importância do estudo sobre educação financeira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

No começo dos anos 1500, na Europa, aconteceu um acontecimento chamado Reforma Protestante, conduzido por Martinho Lutero. Ele defendeu que o acesso à educação deveria ser garantido a todos, sem distinção de classe social, pois isso poderia aprimorar suas vidas e capacidades de comunicação (VANDERBILT 2008).

Para (BRANDT, 2003, p. 9), “Lutero foi uma das mais poderosas personalidades da história da humanidade, cuja obra teve influência decisiva na 10 Reforma Protestante e na formação da moderna civilização ocidental.”

Entre as principais contribuições de Lutero para a educação, estavam as escolas primárias gratuitas, que proporcionavam aos jovens a chance de aprender a ler, escrever e realizar cálculos básicos. Ele também destacava a relevância do estudo da Bíblia, o que o motivou a traduzir o Novo Testamento para o alemão, tornando-o acessível a um público mais amplo. Lutero ressaltava a importância de formar professores bem preparados, capazes de transmitir o conhecimento de maneira clara e eficaz. Ele acreditava que os docentes deveriam ter uma formação acadêmica e teológica sólida, além de competências pedagógicas, para ensinar corretamente e transmitir valores cristãos aos alunos (SILVA, 2002).

A Igreja Católica rejeitou as críticas de Lutero e respondeu às suas propostas com a chamada Contrarreforma Católica, que teve início em meados do século XVI, por meio de um encontro dos principais líderes da Igreja Católica na Itália. Dentre as ações adotadas pela Igreja Católica para combater os protestantes, destaca-se a criação da Companhia de Jesus, também conhecida como "jesuítas".

> A Companhia de Jesus teve uma atuação marcante na educação, seja pela criação de escolas e universidades, seja pela elaboração de um método pedagógico próprio, que se destacou pela ênfase na disciplina e na formação moral e intelectual dos alunos (CUNHA, 2011, p. 20).

Assim, a partir do descobrimento do Brasil em 1500, durante o período colonial que se estendeu do século XVI ao início do século XIX, quando o país era uma colônia de Portugal, os padres jesuítas desempenharam um papel fundamental na educação formal, com ênfase, principalmente, na formação religiosa católica. Conforme explica Cynthia Greive Veiga (2007), incumbidos de transmitir a fé e a "civilização" europeia

aos indígenas, os colégios jesuítas recebiam da Coroa portuguesa a redizima, ou seja, 10% dos impostos arrecadados em toda a colônia. No entanto, apesar dos recursos obtidos, a atuação da Companhia de Jesus favorecia os interesses das elites coloniais, uma vez que, enquanto promovia a aculturação dos índios e impunha novos valores por meio da catequese, oferecendo-lhes apenas o conhecimento da Bíblia para mantê-los submisso, reservava os ensinamentos mais eruditos para os filhos dos colonos.

Sob o sistema que estruturava a sociedade colonial de acordo com o tipo de educação no século XVII, os filhos das famílias burguesas e, posteriormente, os mestiços começaram a pressionar a Companhia de Jesus por um maior acesso ao ensino (RIBEIRO, 2010). Nesse contexto, conforme observa Cambi (1999) ao citar Fénelon, para as mulheres, a educação raramente incluía a aprendizagem de leitura e escrita, mantendo-se o tradicionalismo europeu, que atribuía a elas papéis bem definidos: governar o lar, agradar ao marido e educar os filhos dentro dos preceitos religiosos. Ainda nesse século, no emergente crescimento dos centros urbanos, Luiz Antonio Cunha (2002) aponta que havia alguma formação para os ofícios, também organizada pelos jesuítas. A única alternativa para escapar desse modelo educacional religioso de nível médio era enviar os filhos para a Europa, em busca de cursos superiores, como na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Nesse cenário, diante dos impactos de um modelo educacional que reforçava as desigualdades sociais, a implementação do *Ratio Studiorum* representou o início da escola moderna, sendo reconhecida no Brasil como o marco inicial para o desenvolvimento da pedagogia tradicional, que perdurou por séculos.

> O método pedagógico utilizado seguia as normas do Colégio de Évora, de 1563, e da *Ratio Studiorum*, manual pedagógico jesuíta do final do século XVI. Nos cursos inferiores valorizava-se a gramática, considerada indispensável à expressão culta, e a memorização como procedimento para a aprendizagem; nos superiores, subordinava-se a filosofia à teologia. Para alguns intérpretes a educação jesuítica teria deixado marca excessivamente literária na formação brasileira. (Wehling, Arno; Wehling, Maria José C. De M. 1994. p. 287.)

No ano de 1759, Pombal ordenou o fechamento dos colégios jesuítas e a expulsão dos religiosos de todos os territórios portugueses. No lugar das instituições jesuítas, foram instituídas as aulas régias, financiadas pela Coroa. Durante o processo de

reforma dos estudos menores e maiores, foi criado o Colégio dos Nobres, enquanto a educação para os mais pobres foi negligenciada, sendo responsabilidade dos párocos durante os sermões dominicais. Apesar das mudanças, a educação na colônia permaneceu, portanto, dividida e conservadora (HILSDORF, 2007).

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, houve a necessidade de modernizar o sistema educacional. De acordo com José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), os planos para o desenvolvimento educacional do Brasil foram iniciados, abrangendo seus três níveis de ensino. No entanto, apenas o ensino superior foi efetivamente implementado de maneira centralizada pelo poder real, continuando a beneficiar principalmente as elites sociais.

Para Dermeval Saviani (2011), a partir de 1889, com a proclamação da República, iniciou-se a discussão sobre uma proposta de educação escolarizada para todos, fortemente influenciada pelo positivismo nos círculos militares.

A Constituição de 1891 estabelecia que a educação fosse de responsabilidade dos estados, que deveriam promover o ensino das ciências, das artes e das técnicas de trabalho, desvinculado de qualquer caráter religioso.

> Art 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:
> 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
> 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
> 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
> 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BRASIL, 1891)

Em 1932, com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, assinado por 26 educadores, incluindo Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, foi apresentado um programa nacional de educação que defendia a criação de uma escola laica, obrigatória, única, gratuita e pública (XAVIER, 2002).

Em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, os poderes foram centralizados nas mãos de Vargas até 1945, o que intensificou a transição do modelo econômico agropecuário para o industrial, assim como a transformação do eixo político-social e cultural do campo para a cidade. Durante esse período, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, implementou uma série de reformas que foram regulamentadas entre 1942 e 1946. Essas Leis Orgânicas do Ensino estabeleceram normas para o

ensino industrial, o SENAI, o Ensino Secundário, Comercial, Primário e Normal, além da criação do SENAC e do Ensino Agrícola (SHIROMA; et. al, 2007). As propostas centralizaram-se na reestruturação do currículo do ensino industrial (Decreto no. 4.073/1942), secundário (Decreto no. 4.244/1942), comercial (Decreto no. 6.141/1943), normal (Decreto no. 8.530/1946) e agrícola (Decreto no. 9.613/1946). Houve modificação também nos ciclos de estudo (Decreto no. 4.244/1942)

Quadro 1 - Divisão do ensino

					ENSINO SUPERIOR
	ENSINO PROFISSIONALIZANTE				ENSINO SECUNDÁRIO
DURAÇÃO	Industrial	Comercial	Normal	Agrícola	(clássico ou científico)
3 Anos	Técnico				Colegial
4 Anos	Básico				Ginasial
5 Anos	Primário				

Fonte: (Melo, Josimeire Medeiros Silveira, 2012)

Ainda segundo Josimeire Melo (2012),

> Em 1948, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, encaminhou à Câmara o primeiro Projeto de Lei de reforma geral da educação nacional, elaborado por três comissões (Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior) coordenadas pelo educador Lourenço Filho. Este projeto ficou 13 anos em tramitação. A Lei foi sancionada apenas em 20 de dezembro de 1961.

Apenas com a Lei nº4.024 de 20 de dezembro de 1961 que estabeleceu uma certa estrutura para educação nacional, fazendo com que a educação alcançasse mais pessoas

> Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:
> a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
> b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
> d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

> e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
> f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
> g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (BRASIL, 1961)

Dessa forma, de acordo com o quadro abaixo de Josimeire Melo (2012), é possível observar a estrutura do ensino segundo a LDB no. 4.024/61.Quadro 2 - Divisão do ensino de acordo com a idade

Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
Escola primária obrigatória	4 anos	De 7 a 10 anos
Reforma Carlos Maximiliano	4 anos	De 11 a 14 anos
Ginásio (secundário, comercial industrial, agrícola e normal)	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	variável	Após 18 anos

Fonte: (Melo, Josimeire Medeiros Silveira, 2012)

Em 1971, surgiu a nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 5.692/71, que estabeleceu entre outros pontos que:

> Art. 1º: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971)

Quadro 3 – Estrutura do ensino

Estrutura do ensino na LDB nº 5.695/71		
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
1º grau (obrigatório)	4 anos	De 7 a 10 anos
2º. Grau	4 anos	De 11 a 14 anos
Ensino Superior	variável	Após 18 anos

Fonte: (VIEIRA, 2002, p.28)

De acordo com o portal do MEC (Ministério de Educação), em 1996:

> Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação.

Assim, de acordo com o Ministério da Educação, ao longo dos anos seguintes, diversas mudanças significativas ocorreram, contribuindo para o avanço da educação no Brasil. Entre elas, destaca-se, em 2016, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja). Em 2010, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), e, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de apoio técnico e financeiro. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), estabeleceu a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior para estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em 2016, foi criado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), destinado a apoiar a implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas estaduais e no Distrito Federal. Já em 2017, foi lançado o Programa Educação Conectada, com o objetivo de promover o acesso à internet de alta velocidade e incentivar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, entre outras iniciativas.

2.1.1 Educação pública no Brasil

Com base no contexto da evolução educacional, é possível observar que o surgimento das escolas públicas no Brasil está profundamente relacionado ao processo de construção do Estado moderno e à concepção de cidadania que surgiu durante o período republicano.

A Constituição Federal de 1988, no Título VIII, Capítulo III, Seção I, define nos artigos 205 a 214 os princípios, diretrizes e objetivos da Educação Nacional, destacando a responsabilidade compartilhada pela educação entre a União, os

estados, o Distrito Federal e os municípios. Nesse contexto, cabe à União a coordenação, o financiamento e a avaliação da educação em todo o território nacional. (BRASIL, 1988)

Assim, a Constituição Federal de 1988 desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades, na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

No entanto, somente em 2013, com a aprovação da Lei nº 12.796, que alterou a Lei nº 9.394, de 1996, foi garantido o acesso público e gratuito à educação básica (ensino médio) como uma obrigatoriedade. A nova legislação assegurou o direito ao ensino fundamental e médio gratuitos para todas as pessoas que não os haviam concluído na idade apropriada.

2.2 ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Em grande parte dos países, o termo "Ensino Médio" designa a fase de ensino que se encontra entre a educação básica e o Ensino Superior. As variações surgem apenas nas etapas ou ciclos do sistema educacional (Bonitatibus, 1991).

O Ensino Médio no Brasil tem suas origens em um sistema educacional elitista, destinado majoritariamente às classes altas, em um contexto marcado por uma grande desigualdade social. Durante o período imperial e nos primeiros anos da República, a educação secundária era essencialmente voltada para a formação de futuros profissionais nas áreas de direito, administração pública, entre outras. O acesso à educação era limitado a uma minoria da população.

De acordo com o portal do MEC (Ministério de Educação), em 1942, O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, organizou o ensino industrial no Brasil, enquanto o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, estruturou o ensino secundário, estabelecendo o sistema educacional de três graus. O ensino superior era regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). O primeiro grau, ou ensino primário, era obrigatório, gratuito nas escolas públicas e destinado a crianças de 7 a 12 anos. O segundo grau, também chamado de ensino médio, atendia jovens de 12 anos ou mais e se dividia em cinco áreas: preparação para o ensino superior, ensino industrial, comercial, agrícola e normal, sendo este último voltado à formação de professores para o ensino primário.

O Ensino Médio foi oficialmente incorporado à Educação Básica, tornando-se obrigatório e gratuito para todos os brasileiros de 4 a 17 anos, a partir de 2009, com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que alterou o artigo 208 da Constituição. A obrigatoriedade e a gratuidade foram também incluídas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 2013, por meio de uma lei complementar. Dessa forma, o Ensino Médio passou a ser a última etapa da Educação Básica, tornando-se um direito de todos os cidadãos e perdendo o caráter de intermediário entre a educação fundamental e o ensino superior.

Em 2016, alterações urgentes foram propostas no Congresso Nacional, por meio de Medida Provisória, para modificar os artigos da LDB que tratam do Ensino Médio. Essas mudanças geraram discussões em diversos setores da sociedade, sendo aprovadas em fevereiro de 2017 pela Lei nº 13.415. O principal objetivo das alterações foi tornar o Ensino Médio mais atrativo para os jovens.

Em 2017, a chamada Lei da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) , estabeleceu uma série de mudanças na estrutura do ensino médio: ampliou o tempo mínimo do estudante na escola, definiu uma organização curricular mais flexível, com a oferta de diferentes itinerários formativos.

2.2.1 Pernambuco

De acordo com o Panorama da Educação Básica do Estado de Pernambuco divulgado no ano de 2023 – Todos pela educação, alguns pontos foram destacados em relação ao Ensino Médio:

- Entre 2005 e 2019, Pernambuco elevou o Ideb do Ensino Médio de 2,7 para 4,4, alcançando o 3º maior resultado do país nessa etapa de ensino e o 1º do Nordeste. Por outro lado, também em 2019 o estado apresentou apenas o 20º maior índice nos Anos Iniciais e o 13º nos Anos Finais do Ensino Fundamental.
- Em Pernambuco, 65,6% das matrículas no Ensino Médio eram em escolas de tempo integral em2022, sendo o estado brasileiro com o maior percentual de matrículas neste formato no Ensino Médio. Além disso, o estado possuía 37,5% das matrículas do Ensino Médio na modalidade de Educação Profissional e Técnica em 2021, percentual também superior à média brasileira (26,3%).

- Entre 2012 e 2022, Pernambuco elevou de 41% para 66,3% a taxa de jovens de 19 anos que haviam concluído o Ensino Médio, o que representa o 12º maior índice de conclusão do país. Por outro lado, o valor está praticamente estagnado desde 2018.
- Em 2019, 38,2% dos estudantes concluintes do Ensino Médio de Pernambuco tinham aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 10,6% em Matemática, percentuais superiores à média nacional (37,1% e 10,3%, respectivamente). No entanto, persiste uma grande desigualdade na aprendizagem no Ensino Médio: enquanto 73,3% dos alunos de escolas privadas possuíam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, nas escolas públicas o número era de 33,4%.

2.3 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Para Sá (1997, p. 16) a história da contabilidade surgiu junto com a civilização e por isso não deixaria de existir, encontramos alguns documentos indicando isso, mas cientificamente a contabilidade ganhou força apenas recentemente, quando surgiram outras disciplinas junto.

Entende-se que a história da contabilidade está ligada a história do ser humano, pois assim como Hendriksen e Van Breda (1999, p.39) falam que:

> A contabilidade é um produto do Renascimento Italiano. As forças que conduziram a essa renovação de espirito humano na Europa foram as mesmas que criaram a contabilidade. Alguns argumentam até que essas forças não teriam progredido a ponto de moldar nosso mundo atual se não tivesse havido a invenção da contabilidade por partidas dobradas, pois ela criou uma base para o desenvolvimento do capitalismo privado.

Segundo Sá (1997, p. 16-17), a contabilidade pode ser dividida em sete períodos principais. O primeiro é o período intuitivo primitivo, correspondente à pré-história da humanidade, quando as manifestações contábeis estavam vinculadas à arte e eram vistas como um meio de contabilizar riquezas. O período racional-mnemônico caracteriza-se pelo uso da contabilidade como uma técnica para organizar registros, momento em que se observa a evolução social e da escrita contábil. Em seguida, o período lógico-racional surge, com um nível de raciocínio mais avançado, permitindo o surgimento do método das partidas dobradas, embora o autor desse método

permaneça desconhecido. O quarto período, denominado literatura, é marcado pela produção de material escrito sobre o tema, o que possibilitou a disseminação do conhecimento contábil. Uma das principais obras dessa época foi o livro do frade italiano Luca Pacioli, citado nos cursos de Ciências Contábeis como uma referência crucial para o método das partidas dobradas. O período pré-científico reflete a transição da contabilidade, que deixa de ser apenas uma ferramenta de organização de informações para adotar uma abordagem mais lógica, com a busca por conceitos, preposições e teorias sobre o campo contábil. No sexto período, denominado científico, o pensamento lógico desenvolvido anteriormente deu origem às primeiras obras científicas, que serviram como base para as escolas contábeis. Finalmente, o período filosófico-normativo, que corresponde à atualidade, caracteriza-se pela busca pela normalização das informações contábeis e pela definição clara das áreas da contabilidade, permitindo um melhor entendimento sobre os patrimônios.

Assim, a importância dos períodos descritos por Sá (1997) para a evolução da contabilidade está na forma como cada fase contribuiu para o aprimoramento e a sofisticação dos métodos e conceitos contábeis ao longo do tempo. Cada um desses períodos desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da disciplina, moldando-a até seu estado atual.

A Revolução Industrial, por sua vez, representou um dos marcos mais significativos para a contabilidade, principalmente devido ao crescimento populacional que impulsionou a migração de pessoas do campo para as cidades. Esse movimento resultou na necessidade de um maior controle financeiro, já que as pessoas passaram a administrar seus próprios recursos de forma mais estruturada. Além disso, o aumento das atividades comerciais e industriais exigiu práticas contábeis mais eficientes e precisas, impulsionando a evolução das técnicas de gestão financeira. Esse período também marcou a ampliação do papel da contabilidade, que se tornou essencial para o sucesso dos negócios em um contexto de expansão econômica e inovação.

> Até a revolução industrial (século XVIII), quase só existia a contabilidade financeira (ou geral), que, desenvolvida na era mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais. Para apuração do resultado de cada período, […] o contador verificava o montante pago por item estocado, e dessa maneira valorava as mercadorias (MARTINS, 2010, p. 19).

2.3.1 Contabilidade Financeira

Seguindo a essência dos negócios, Mallo e Jiménez (1997) afirmam que a contabilidade financeira foi a primeira a surgir, com a responsabilidade de registrar, classificar e analisar os eventos contábeis provenientes das transações realizadas entre a empresa e o ambiente externo.

Dessa forma, seu principal objetivo é fornecer informações financeiras precisas e úteis para partes externas à organização, como investidores, credores, órgãos governamentais e outros stakeholders. As demonstrações financeiras geradas pela contabilidade financeira, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício (DRE) e o fluxo de caixa, são fundamentais para a tomada de decisões, a avaliação da saúde financeira da empresa e o cumprimento das obrigações fiscais. Como afirma Peralta (2013, p. 31)

> A Contabilidade Financeira gera informações fundamentais para a tomada de decisão de seus usuários. Tais informações dizem respeito, basicamente, aos financiamentos/origens e aos investimentos/aplicações de recursos (Balanço Patrimonial), assim como aos resultados gerados por eles (Demonstração do Resultado), e às entradas e às saídas de dinheiro, isto é, ao luxo de caixa (Demonstração do Fluxo de Caixa) que financiamentos, investimentos, receitas e despesas representam para a entidade.

2.4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009)

> A educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

De acordo com Banco Central do Brasil (BCB, 2013, p.20), “orçamento é uma ferramenta do planejamento financeiro que contribui para que se realize sonhos e projetos.” Querendo que os jovens de desenvolvam e criam projetos bem elaborados e eficientes é preciso que haja um planejamento e consequentemente o um orçamento e para que isso se torne real é necessário conhecimento sobre tais assuntos.

O planejamento financeiro para Gitman (2012, p.105) é um processo de formulação de planos feito para gastar e investir dinheiro para satisfazer as vontades e necessidades de uma pessoa ou organização. Este estudo busca tornar educação financeira um tópico relevante para desenvolver.

Destacando a importância da educação financeira Braunstein e Welch traz uma visão interessante sobre o porquê desse tema ser importante em seu artigo ele fala que “Participantes informados ajudam a criar um mercado competitivo e mais eficiente.” Mostrando que na maioria dos países a educação financeira se tornou um assunto preocupante, fazendo com que o governo e empresas privadas procurem e faça a população a consumir mais informações do tema

2.4.1 Educação financeira no contexto educacional

No Reino Unido existe o Financial Services Authority (FSA) que é um órgão independente que regula cerca de 42.000 empresas com o papel de que o mercado financeiro seja honesto, competitivo e justo e que assim ele possa funcionar tanto para empresas quanto para os consumidores. O FSA alega que o mercado financeiro tem um papel importante na vida de todos e que impacta a toda população. Eles não só criam regras como orientam e criam padrões, deixando a população informada e ajudando nas tomadas de decisões em relação a sua vida financeira.

No Brasil, desde de 2007, tem sido desenvolvido algumas ações sobre educação financeira, no próprio site do Banco Central do Brasil é possível encontrar uma opção chamada cidadania financeira que nela existe a opção de realizar alguns cursos como “Gestão de Finanças Pessoais (GFP)” e “Formação de Multiplicadores da Série "Eu e Meu Dinheiro"”, também traz algumas informações importantes de como entender os juros e até mesmo empréstimos.

Em uma parceria do governo com algumas entidades privadas surgiu a ENEF, a partir no decreto nº 7.3977/2010 que foi revogado pelo decreto nº 10.393/2020, que foi instituído a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF.

Apesar dos projetos mencionados, é possível perceber que eles não são suficientes, pois não atingem toda a população. Além disso, há um aumento na complexidade das operações financeiras e um avanço tecnológico que exige um conhecimento

financeiro mais aprofundado da população, o que nem sempre é uma realidade para a maioria das pessoas. Segundo Savoia, Saito e Petroni (2007),

> Mudanças tecnológicas, regulatórias e econômicas elevaram a complexidade dos serviços financeiros. Mas a insuficiência de conhecimento sobre o assunto, por parte da população, compromete as decisões financeiras cotidianas dos indivíduos e das famílias, produzindo resultados inferiores ao desejado.” (Savoia, Saito e Petroni, 2007, p.3)

Desde 2020, a Educação Financeira tornou-se obrigatória nas escolas públicas e privadas do Brasil, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, essa temática não precisa ser abordada como uma disciplina exclusiva. Ela deve ser integrada, ao menos de forma transversal, em outras matérias, como nas aulas de Matemática, por exemplo.

2.5 A CONTABILIDADE COMO DIFERENCIAL NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ao abordar a Contabilidade, logo se pensa nela como uma forma de registros, mensuração e apuração das transações e eventos econômicos de uma entidade. Entretanto, a Contabilidade vai muito além desses aspectos técnicos e formais. Ela também desempenha um papel fundamental na educação financeira, pois oferece as ferramentas necessárias para que indivíduos e organizações compreendam e gerenciem melhor seus recursos financeiros.

De acordo com Kiyosaki e Lechter (2000, p. 22), na obra *Pai Rico, Pai Pobre*, a contabilidade e os assuntos financeiros desempenham um papel crucial na vida das pessoas, pois, enquanto as escolas focam principalmente no desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais, elas negligenciam a educação financeira, uma competência essencial para o sucesso e a gestão eficaz da vida financeira.

Percebe-se que a ausência de capacitação financeira impede que muitas pessoas, que poderiam alcançar sucesso com base em sua formação acadêmica, consigam atingir a estabilidade desejada. Isso evidencia a importância da Educação Financeira, que, quando aliada à contabilidade nas finanças pessoais, gera resultados ainda mais significativos. No contexto da educação financeira, a Contabilidade serve como a base para o entendimento das finanças tanto pessoais quanto empresariais. Ao abordar conceitos como fluxo de caixa, balanço patrimonial, receitas, despesas e

investimentos, a Contabilidade orienta as pessoas a tomarem decisões financeiras mais conscientes, planejadas e sustentáveis. Para os indivíduos, compreender os princípios contábeis pode resultar em um melhor controle do orçamento pessoal, evitando o endividamento e facilitando o planejamento financeiro a longo prazo. Para as empresas, a contabilidade não só permite uma gestão financeira eficiente, mas também contribui para a formulação de estratégias de crescimento e a avaliação da viabilidade de novos projetos.

Além disso, um artigo publicado no site SPC Brasil (2016) revela que 46% dos brasileiros se identificam como financeiramente desorganizados, não conseguindo controlar seu orçamento. Isso inclui a falta de controle sobre os gastos, os juros pagos e a falta de planejamento para situações imprevistas.

2.6 NOVO ENSINO MÉDIO

De acordo com o Portal do MEC (Ministério de Educação):

> O Novo Ensino Médio, implementado pela Lei nº 13.415/2017, promove mudanças na estrutura dessa etapa educacional. Ele aumenta a carga horária de 800 para 1.000 horas anuais e introduz uma organização curricular mais flexível, com uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e itinerários formativos, permitindo que os estudantes escolham áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional para aprofundar seus estudos. O objetivo é oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos jovens e prepare-os melhor para o mercado de trabalho.

A BNCC define os conhecimentos essenciais e as competências para cada etapa da educação básica e deve ser seguida por todas as escolas, garantindo um padrão de qualidade. Os itinerários formativos oferecem a possibilidade de os estudantes escolherem áreas específicas do conhecimento ou formação técnica dentro do currículo do ensino médio.

O novo modelo visa aumentar o protagonismo dos estudantes, permitindo-lhes decidir o foco de seus estudos, e inclui a orientação sobre o desenvolvimento de projetos de vida para ajudá-los na escolha de seus itinerários. A formação técnica será uma opção dentro do currículo regular, com a possibilidade de certificação ao final dos três anos.

O currículo mantém disciplinas obrigatórias como língua portuguesa, matemática, arte, sociologia e filosofia, além de tornar o ensino de inglês obrigatório. A implementação do novo modelo será gradual, com início previsto para o segundo ano após a homologação da BNCC.

A política também prevê a expansão do ensino integral, com investimentos do governo federal para aumentar a oferta de escolas em tempo integral.

No entanto, abordou a inclusão da Educação Financeira como uma disciplina específica nas escolas, principalmente, as escolas públicas.

2.6.1 Pernambuco

A educação financeira tem sido abordada em diversas escolas de Pernambuco, por meio de projetos e iniciativas que buscam integrar conceitos financeiros desde a infância, preparando os alunos para uma gestão mais consciente e responsável de seus recursos.

Segundo noticia da Folha de Pernambuco, por exemplo, A Escola Meu Caminhar, localizada em Boa Viagem, Recife, desenvolve projetos que envolvem a educação financeira desde a primeira infância. Nesses projetos, os alunos trabalham com materiais reciclados, plantam mudas para vender e participam de feiras de empreendedorismo, proporcionando uma vivência prática e direta com o conceito de gestão financeira e empreendedorismo. Já a Erem GP Aurora, segundo a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, oferece uma disciplina específica de educação financeira, abordando tópicos como orçamento, poupança, investimentos e juros, proporcionando aos alunos uma compreensão mais profunda sobre o funcionamento do mercado financeiro e como aplicar esses conceitos em sua vida cotidiana.

A educação financeira pode ser ensinada de forma lúdica e interativa, utilizando jogos, livros, mesadas e metas financeiras para facilitar o entendimento dos conceitos. A gamificação, com desafios em equipe e metas pessoais, mantém o engajamento dos alunos, enquanto o uso de tecnologias como aplicativos e plataformas digitais torna o aprendizado mais dinâmico e acessível, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades práticas e simulem o mercado financeiro de maneira envolvente.

No estado de Pernambuco, conforme o portal de educação estadual[1], foi realizado o projeto intitulado "Educação Financeira: Primeiros Passos para uma Vida Equilibrada", idealizado pela professora Aline Barbosa na Escola Ministro Jarbas Passarinho, em Camaragibe. Esse projeto se destaca como um exemplo inspirador dessa abordagem. Além de abordar conceitos financeiros no ensino médio regular, a iniciativa também é aplicada nos módulos II e III da EJA, incentivando os estudantes adultos a manterem uma vida financeira equilibrada.

Essa abordagem já trouxe resultados importantes, como a conquista da medalha de prata pelo estudante Ítalo Yuri Freire da Silva na Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef), a maior competição do tema no país. Na mesma disputa, que foi realizada no fim do ano passado, outros estudantes receberam menções honrosas, destacando a eficácia do projeto no desenvolvimento das habilidades financeiras dos alunos.

Portanto, a Educação Financeira visa não somente a inserção do conhecimento do controle do dinheiro, mas alcança também o desenvolvimento de habilidades para tomar decisões financeiras mais conscientes e a promoção de uma cultura de planejamento e responsabilidade financeira. Isso contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos do cotidiano e alcançar uma vida financeira mais equilibrada e sustentável.

[1] Informação disponível no site https://portal.educacao.pe.gov.br/educacao-financeira-na-eja-ajuda-a-transformar-vidas/. Acesso em 05/03/2025

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Tendo em vista que o objetivo consiste em buscar compreender o nível de conhecimento que os alunos de ensino médio da escola Caio Pereira possuem referente a educação financeira está pesquisa é descritiva. “Pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42) e exploratória por que “Pesquisas exploratórias tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p.42).

3.2 MÉTODO DA PESQUISA

O método da pesquisa é qualitativo. O método qualitativo permite que a coleta e análise de dados não numéricos seja usada para compreender eventos que ocorreram em seu ambiente natural (CRESWELL, 2010). A análise qualitativa para Gil (2002, p.133) “Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.” Também é um estudo de caso para que seja possível conhecer melhor a situação da escola Caio Pereira quanto ao assunto.

> O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” Gil (2002, p.54)

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com os alunos que estão no ano de 2025 no terceiro ano do ensino médio da Escola Caio Pereira (R. Alto José Bonifácio, s/n - Casa Amarela, Recife - PE, 52080-010). Para Gil (2002), “deve-se deixar claro o problema que se pretende responder com a pesquisa, assim como sua delimitação espacial e temporal.” (GIL, 2002, p.162).

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi através de um questionário que foi entregue aos alunos concluintes do ano de 2025 da Escola Caio Pereira, (no qual foram abordadas questões básicas sobre educação financeira e questionamentos sobre o interesse referente ao assunto tema desta pesquisa.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Possuindo as respostas do questionário, usado para coleta de dados, foi feita uma organização nas respostas, identificando as respostas semelhantes e analisando o nível de conhecimento dos alunos, demonstrando esses resultados por meio de gráficos para melhor visualização geral.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

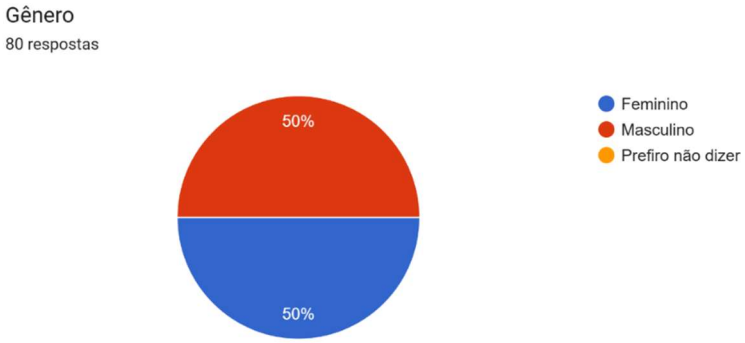
Nesta etapa da pesquisa foram apresentados os resultados que foram adquiridos através de um questionário realizado com o intuito de descobrir o nível de conhecimento de educação financeira dos alunos do 3º ano do ensino médio da escola Caio Pereira, localizada no Alto José Bonifácio no Recife.

O questionário foi respondido por oitenta alunos do 3º ano do ensino médio, do gênero feminino e masculino, com a faixa etária de 16 a 20 anos. A população total da pesquisa é de cento e nove alunos matriculados no 3º ano do ensino médio na escola, distribuídos em três turmas, a turma A com trinta e oito alunos, B com trinta e quatro alunos e a C com trinta e sete alunos.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL

Com um total de 80 alunos que responderam à pesquisa, metade desta população é do gênero feminino e a outra metade masculino.

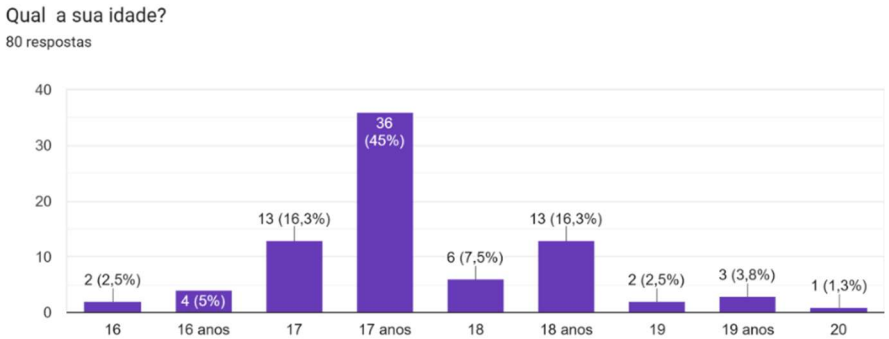
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Dados da pesquisa

Os alunos que responderam a pesquisas têm uma faixa etária de 16 a 20 anos, conforme evidenciado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Idade

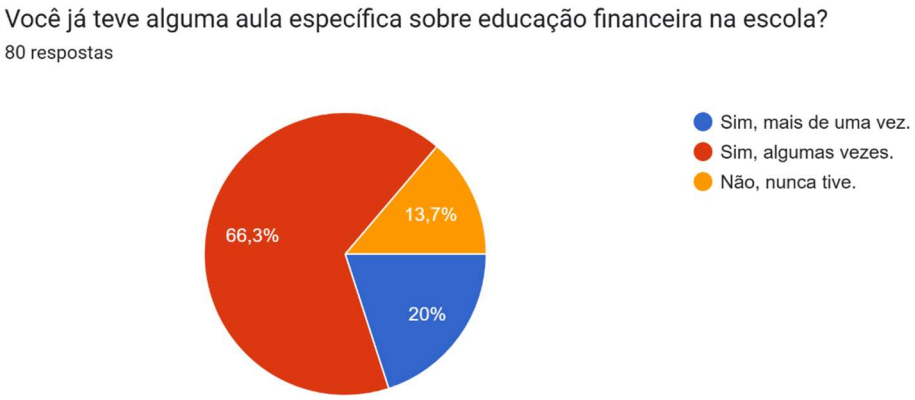


Fonte: Dados da pesquisa

4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Inicialmente foram feitas perguntas para compreender se os alunos tiveram contato com o assunto educação financeira, se foi algo abordado dentro das escolas ou se por iniciativa própria buscou sobre o tema. Os alunos informaram que já tiveram contato com o tema dentro da escola, alguns mais de uma vez, explicando a informação que na escola eles possuem uma matéria eletiva sobre educação financeira.

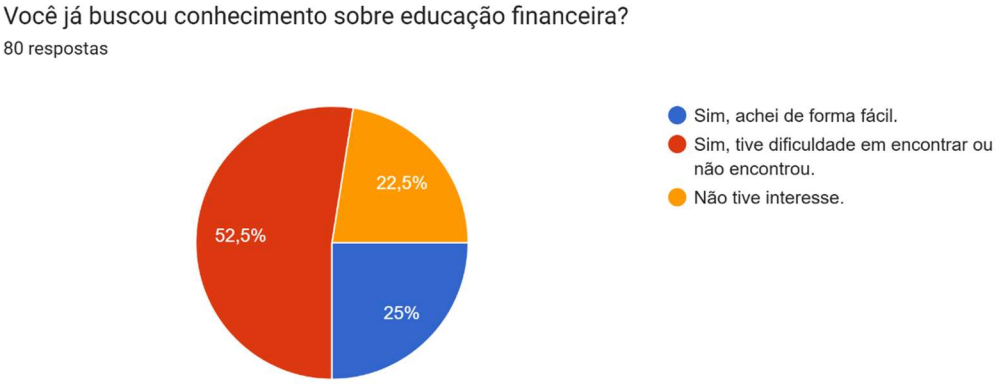
Gráfico 3 – Aula de educação financeira na escola



Fonte: Dados da pesquisa

Um total de 66,3% dos alunos tiveram algumas vezes aula sobre educação financeira, 20% mais de uma aula e 13,7% nunca tiveram aula sobre o assunto.

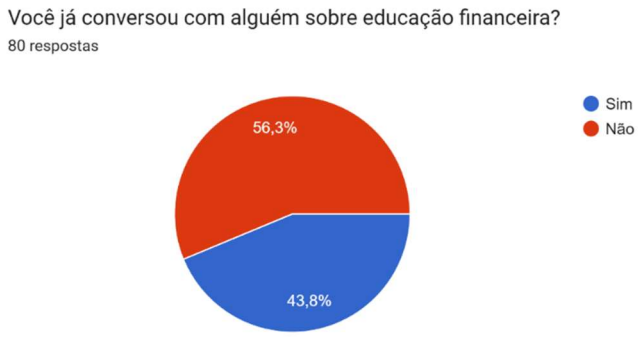
Gráfico 4 – A busca de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa

Mesmo com a matéria de educação financeira na escola 52,5% dos alunos informam que tem dificuldade de encontrar ou não encontraram materiais sobre o assunto. Essa dificuldade pode estar ligada a diversos fatores como parte dos materiais sobre o tema ser direcionado para públicos específicos, como investidores, deixando de lado o público dos jovens que desejam aprender o básico para avançar no assunto.

Gráfico 5 – Conversa sobre o tema

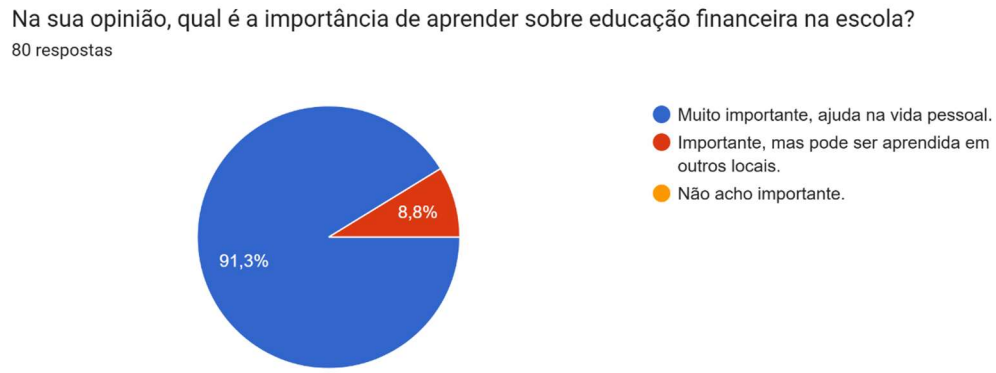


Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se conversaram com alguém sobre educação financeira 58,3% dos alunos informaram que não, mesmo tendo aulas sobre o assunto o debate e conversas sobre o tema não é tão comum.

Dando continuidade ao questionário os alunos foram perguntados mais diretamente sobre educação financeira na escola, a importância e o desenvolvimentos dos alunos quanto a educação financeira no dia a dia.

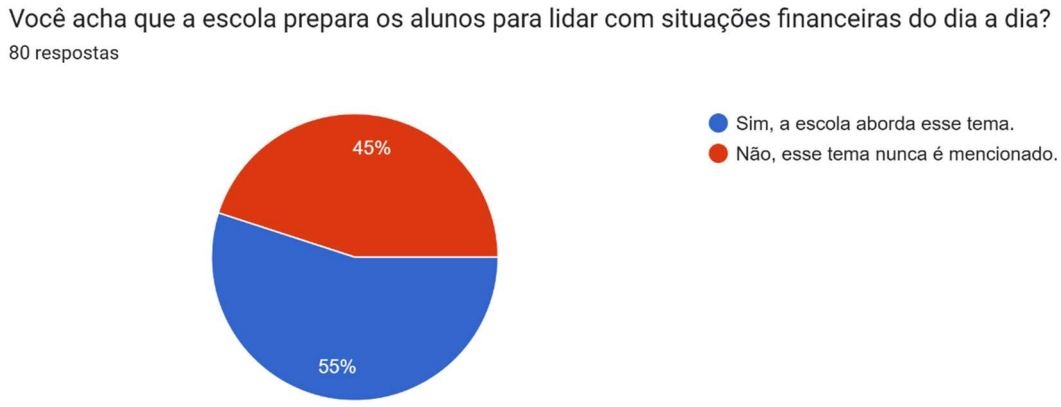
Gráfico 6 – Importância de estudar educação financeira na escola



Fonte: Dados da pesquisa

Um total de 91,3% acreditam o estudo de educação financeira na escola é muito importante indicando que a matéria de educação financeira como eletiva tenha uma alta procura dos alunos, que eles entendem a importância do assunto no seu futuro.

Gráfico 7 – Educação financeira no dia a dia



Fonte: Dados da pesquisa

Com a existência da cadeira de educação financeira na escola 55% dos alunos se sentem preparados para lidar com situações financeira do dia a dia, porém 45%, quase metade, dos alunos não se sentem preparados para atividades financeiras comum, demonstrando a necessidade de mais conteúdos sobre o assunto.

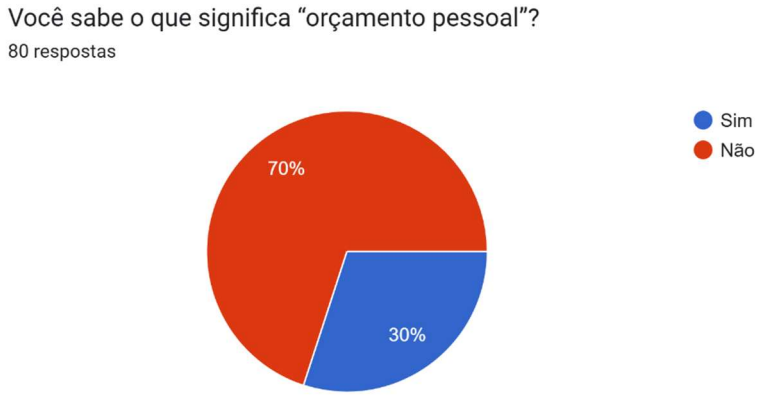
Quando os alunos foram questionados sobre alguns conceitos básicos referente a educação financeira os alunos demonstraram certa dificuldade quanto o assunto

Gráfico 8 – Investir e poupar

Fonte: Dados da pesquisa

No questionário 76,3% dos alunos responderam que sabem que investir e poupar dinheiro são coisas diferentes, que poupar é apenas guardar enquanto investir é multiplicar, porém 23,8% ainda acreditam que ambos têm o mesmo significado, com esse pensamento esses alunos podem ter desvantagens financeiras, como a perda do poder de compra devido a inflação.

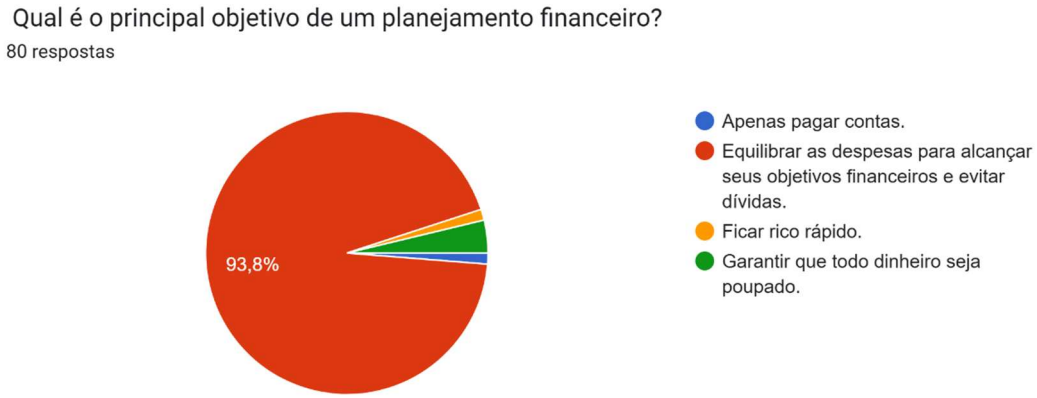
Gráfico 9 – Significado de orçamento pessoal



Fonte: Dados da pesquisa

Mais da metade dos alunos, 70%, não sabem o que significa orçamento pessoal que é uma ferramenta importante dentro do planejamento financeiro e mesmo dentro dos 30% que indicaram saber o significado, foi identificado que ou responderam de forma incompleta ou confundiram com poupar dinheiro. Foram obtidas respostas como “De forma resumida, orçamento pessoal é o quanto que um indivíduo gasta.”, “Na minha opinião é um dinheiro guardado para você gastar como quiser”, “É o dinheiro que eu ganho e posso usar ao meu favor”, mas também foi respondido de forma correta “Orçamento pessoal é uma ferramenta financeira geralmente uma tabela no qual em um dos lados entra quanto você ganha (receita) e no outro quanto você gasta (despesas)”.

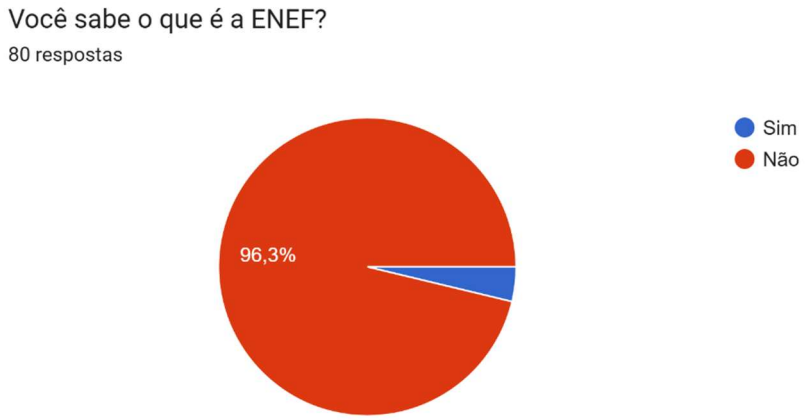
Gráfico 10 – Objetivo do planejamento financeiro



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao objetivo de um planejamento financeiro 93,8%, a maioria, dos alunos conseguiram identificar a questão “Equilibrar as despesas para alcançar seus objetivos financeiros e evitar dívidas.” Apenas cinco alunos tiveram uma resposta diferente quanto o assunto.

Gráfico 11 – Significado ENEF

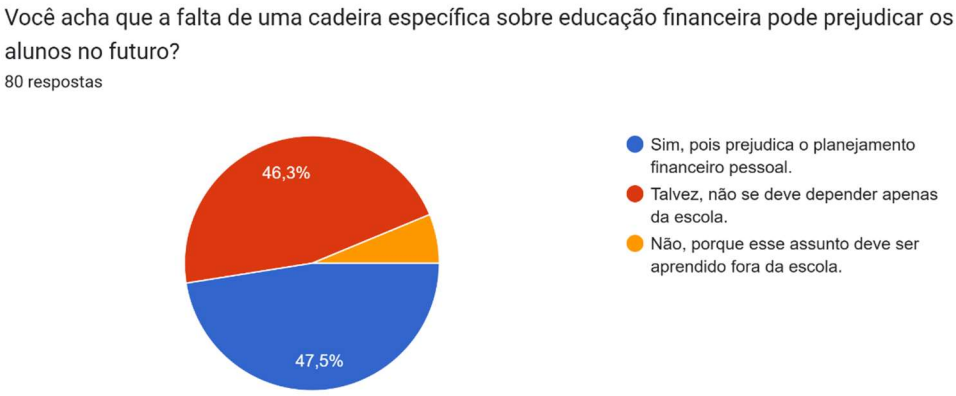


Fonte: Dados da pesquisa

A ENEF é a Estratégia Nacional de Educação Financeira que foi criada desde 2010, mas 96,3% dos alunos não tem conhecimento sobre o assunto. Apenas dois alunos responderam que sabia o que era, porém quando questionados sobre seu significado apenas um respondeu corretamente.

Os alunos foram questionados sobre as desvantagens de não ter conhecimento sobre educação financeira, se a falta de estudo na escola sobre o tema pode ser prejudicial para eles, se a compreensão poderia ajuda-los com o seu futuro.

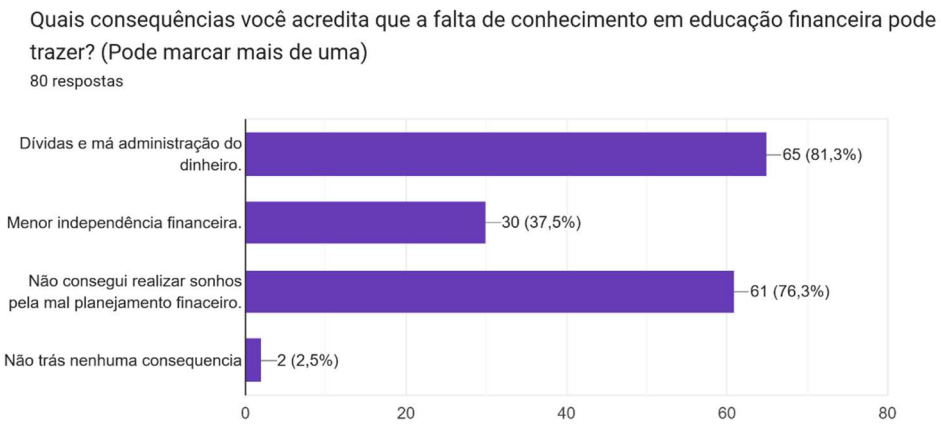
Gráfico 12 – Falta de conhecimento financeiro pode ser prejudicial



Fonte: Dados da pesquisa

Um total de 47,5% dos alunos identificaram que é prejudicial não ter uma matéria sobre educação financeira na escola, já 46,3% dos alunos acreditam que talvez seja prejudicial não ter esse conhecimento, porém é algo que não deve depender apenas da escola para ser aprendido, porém no gráfico 4 foi identificado que os alunos tiveram dificuldades encontrar materiais sobre o tema, indicando que é necessário mais materiais voltado para quem quer iniciar nesse tema.

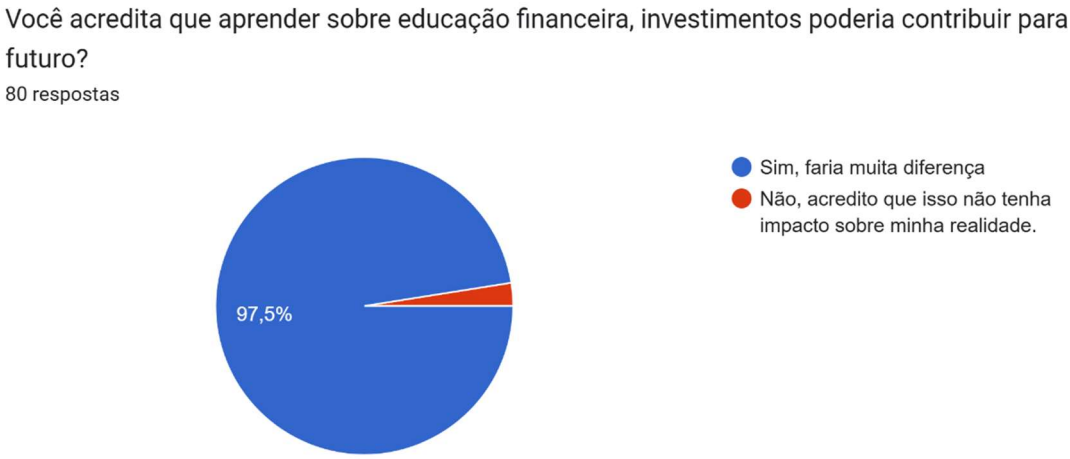
Gráfico 13 – Consequências da falta de educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa

Os alunos reconheceram como a maior consequência da falta de conhecimento em educação financeira como dívidas e má administração de dinheiro, além da preocupação de não realizar seus sonhos devido ao mal planejamento financeiro. Os alunos reconhecem a importância do estudo sobre educação financeira e o que pode ocorrer com a falta de compreensão.

Gráfico 14 – A contribuição da educação financeira para o futuro



Fonte: Dados da pesquisa

Apenas dois alunos acreditam que educação financeira não contribuiria para o seu futuro, 97,5% dos alunos afirmam que faria muita diferença adquirir esse conhecimento, indicando que estão abertos a compreender mais o assunto e leva-lo para sua realidade e sua rotina.

Ao serem perguntados sobre o que querem aprender sobre educação financeira os alunos demonstraram mais interesse aos assuntos de como administrar o dinheiro e principalmente a como investir de forma segura e calcular os riscos. Os assuntos sobre investimentos ainda são muito complexos para iniciantes, tendo dificuldades de compreender sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que parte relevante dos alunos entrevistados, ainda sabem pouco sobre educação financeira, mas há um interesse significativo em aprender mais sobre o tema. Eles reconhecem que entender sobre dinheiro é essencial para o dia a dia e o futuro, mas sentem falta de oportunidades e materiais acessíveis para estudar o assunto. Isso mostra o quanto é importante trazer a educação financeira para mais perto dos estudantes, de uma forma mais clara, prática e aplicável à realidade deles.

Porém alguns alunos ainda destacaram que educação financeira pode ser aprendida fora das escolas, mas demonstraram dificuldades de encontrar materiais, devido aos materiais não serem voltados para o público estudantil, a linguagem técnica e pouco acessível, indicando a necessidade de mais formas atrativas de ensinar o assunto para os jovens.

Na atualidade as pessoas tem certa dificuldade para compreender a importância de um contador e o seu papel, porém essas mesmas pessoas entendessem melhor o assunto educação financeira poderia compreender melhor o papel de um contador na sociedade.

Para que os estudantes tenham um conhecimento mais amplo sobre educação financeira é necessário que os professores implementem esse assunto de forma mais lúdicas para seus alunos, como já existe uma matéria sobre o assunto, mesmo que seja eletiva, os professores responsáveis por essa carga horária podem utilizar de tecnologias para dar aulas práticas e interativas sobre conceitos mais básicos de orçamentos pessoais a assuntos mais complexos como Investimento, para que isso se torne real é necessário também uma maior capacitação dos professores quanto ao assunto, seria interessante algum nível de conhecimento de contabilidade, economia dos professores a cargo dessa matéria.

Além da escola de forma geral, para todos os alunos, indicar formas de estudar educação financeira fora das escolas, através de livros, vídeos, matérias informativas entre outros, estimulando a troca de informações entre os alunos.

REFERÊNCIAS

Alkimim, Maria Eva Freire de; Pinho, Daniele Costa; Santos, Francely Aparecida dos. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: QUAL? PARA QUEM? POR QUE LUTAMOS? 2024.

Banco Central do Brasil. Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais, 2013.

Banco Central do Brasil. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, 2009.

Bonitatibus, S. G. Ensino médio: expansão e qualidade. In J. Vellosso, J. C. de A. Melchior & S. G. Bonitatibus (Orgs.). Ensino médio como educação básica. São Paulo: Cortez, 1991.

BRANDT, D. Alfabetização em vidas americanas. Nova York: Cambridge University Press, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26/02/2025

BRASIL. Decreto n. 10.393, 9 de jun. de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. JAIR MESSIAS BOLSONARO. Brasília, p.1-2, jun. 2020 Descrição.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 05/03/2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Base nacional Comum Curricular, Educação é a base 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em 11/12/2024

BRASIL, Ministério da Educação disponível. Conheça a história da educação brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira. Acesso em: 05/03/2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361 Acesso em: 05/03/2025

BRAUNSTEIN, Sandra.; WELCH, Carolyn. Financial literacy: An overview od practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002. Disponível em:. Acesso em: 12 setembro 2008.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

CIÊNCIA DINÂMICA – Revista Científica Eletrônica FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA. FINANÇAS PESSOAIS: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS NO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO, 2022.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa, métodos qualitativo, quantitativo e misto, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. Cadernos de Pesquisa, n. 115, 2002.

CUNHA, Luís. Jesuítas e educação: história, memória e patrimônio. São Paulo: Annablume, 2011.

Diretoria de avaliação da educação básica. Notas sobre o Brasil no PISA 2022, 2023.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/PORT/enef.asp?frame=1. Acesso 11/12/2024

FINANCIAL SERVICES AUTHORITY. Disponível em: https://www.fca.org.uk/. Acesso em: 14 Fevereiro 2025.

Folha de Pernambuco, 2023 disponível em: https://www.folhape.com.br/economia/mais-de-40-mil-novas-empresas-foram-abertas-em-pernambuco-no-primeiro/284148/. Acesso em: 20/11/2024.

Folha de Pernambuco, A importância de implementar educação financeira nas escolas disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/opiniao/educacao-financeira-nas-escolas/392342/. Acesso em:05/03/2025

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, L. J. Princípios de Administração Financeira, 2012.

HENDRIKSEN, Eldon S. e VAN BREDA, Michael. Teoria da Contabilidade. 5 ª ed. São Paulo: Atlas 1999.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson, 2007.

KIYOSIKI, Robert; T. LECHTER, Sharon. Pai Rico Pai Pobre. Campus 2000

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Tradução da 2. ed. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2001

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MALLO, Carlos; JIMÉNEZ, María Ângela. Contabilidad de Costes. Madrid : Ediciones Pirámide, 1997.

Melo, Josimeire Medeiros Silveira de História da Educação no Brasil; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012

Peralta, Telma Martins. Contabilidade Financeira Salvador: UNFACS, 2013

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da Educação Brasileira. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SÁ, A. L. de. História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo. Autores Associados, 2011.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Brasil, dez. 2007. Disponível: https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb. Acesso em: 14/02/2025

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Revista Tempo. Revista de História da Universidade Federal Fluminense, v.26, p. 32-55. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.

SEBRAE, 2023 disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-nobrasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD. Acesso em: 20/11/2024.

Secretaria de Educação de Pernambuco. Educação Financeira na EJA ajuda a transformar vidas. Disponível em: https://portal.educacao.pe.gov.br/educacao-financeira-na-eja-ajuda-a-transformar-vidas/ Acesso em: 05/03/2025

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.

SILVA, Cleciane Gomes da. Educação financeira nas Escolas Públicas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2020.

SILVA, V. P. Martinho Lutero e a educação. Revista de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 27, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revrenaissance/article/view/3494. Acesso em: 05/03/2025.

SPC BRASIL. 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf Acesso em: 05/03/2025

Todos Pela Educação, Panorama da educação básica Pernambuco disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/01/panorama-pernambuco-2023.pdf. Acesso em: 05/03/2025

Valor econômico, 2024 disponível em: https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2024/07/19/endividamento-cresce-e-chega-a-788-das-familias-no-brasil.ghtml. Acesso em: 20/11/2024.

VANDERBILT, Tom. Martinho Lutero e a Reforma Protestante. São Paulo: Editora Vida Nova, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. História da educação. São Paulo: Ática, 2007

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. Estrutura e funcionamento da Educação Básica. Fortaleza: Demócrito Rocha/ UECE, 2002.

XAVIER, Libania Nacif. Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

Wehling, Arno; Wehling, Maria José C. De M. A formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DO RECIFE.

Olá! Me chamo

SARA ADRIELY MARTINS DOS SANTOS e, sob a orientação da professora Dra. Cacilda Andrade estou conduzindo uma pesquisa com o objetivo de identificar qual o nível de conhecimento referente a finanças pessoal dos alunos do terceiro ano do ensino médio. Declaro que os dados coletados serão usados apenas para fins de pesquisa, mantidos sob confidencialidade.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Prefiro não dizer

2. Qual a sua idade? *

_____

3. Você é aluno do terceiro ano em 2025? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

4. Você já teve alguma aula específica sobre educação financeira na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, mais de uma vez.
- ◯ Sim, algumas vezes.
- ◯ Não, nunca tive.

5. Você já buscou conhecimento sobre educação financeira?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, achei de forma fácil.
- ◯ Sim, tive dificuldade em encontrar ou não encontrou.
- ◯ Não tive interesse.

6. Você já conversou com alguém sobre educação financeira?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

7. Na sua opinião, qual é a importância de aprender sobre educação financeira na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Muito importante, ajuda na vida pessoal.
- ◯ Importante, mas pode ser aprendida em outros locais.
- ◯ Não acho importante.

8. Você acha que a escola prepara os alunos para lidar com situações financeiras do dia a dia?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, a escola aborda esse tema.
- ◯ Não, esse tema nunca é mencionado.

9. Você acha que investir e poupar dinheiro são coisas iguais? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

10. Você sabe o que significa “orçamento pessoal”? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

11. Caso tenha respondido sim na opção anterior, diga de forma breve o que "orçamento pessoal"?

12. Qual é o principal objetivo de um planejamento financeiro? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Apenas pagar contas.
- ◯ Equilibrar as despesas para alcançar seus objetivos financeiros e evitar dívidas.
- ◯ Ficar rico rápido.
- ◯ Garantir que todo dinheiro seja poupado.

13. Você sabe o que é a ENEF?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

14. Caso tenha respondido que sim na pergunta anterior, por favor informe o que significa:

15. Você acha que a falta de uma cadeira específica sobre educação financeira pode prejudicar os alunos no futuro? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, pois prejudica o planejamento financeiro pessoal.
- ◯ Talvez, não se deve depender apenas da escola.
- ◯ Não, porque esse assunto deve ser aprendido fora da escola.

16. Quais consequências você acredita que a falta de conhecimento em educação financeira pode trazer? (Pode marcar mais de uma)

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Dívidas e má administração do dinheiro.
- [ ] Menor independência financeira.
- [ ] Não consegui realizar sonhos pela mal planejamento finaceiro.
- [ ] Não trás nenhuma consequencia

17. Você acredita que aprender sobre educação financeira, investimentos poderia contribuir para o seu futuro? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, faria muita diferença
- ◯ Não, acredito que isso não tenha impacto sobre minha realidade.

18. O que você gostaria de estudar em uma cadeira de educação financeira?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários